

Pedaços do Tempo: legado de Paulo Freire no Serviço Social

Pieces of Time: the legacy of Social Work Paulo Freire

GRAZIELA SCHEFFER*



RESUMO – O ensaio traz um estudo exploratório de cunho bibliográfico acerca das contribuições de Paulo Freire no Serviço Social abrangendo o período de 1950 a 1979. Apresenta ainda a análise das obras *Pedagogia do Oprimido*, *Educação e Mudança* em relação à perspectiva ontológica e as críticas ao assistencialismo no processo de reconceituação latino-americana.

Palavras-chave – Reconceituação. Paulo Freire. Serviço Social. Marxismo. Subjetividade. Assistencialismo.

ABSTRACT – The test brings an exploratory study of literature concerning nature of the contributions of Paulo Freire Social Work covering the period 1950-1979. It also presents the analysis of works *Oppressed Pedagogy* and *Education and Change* in relation to the ontological perspective and criticism of welfarism in the process of reconceptualization of Latin American.

Keywords – Reconceptualization. Paulo Freire. Social Services. Marxism. Subjectivity. Welfarism.

* Mestra e doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do Grupo de Estudos e Extensão em Saúde, Interdisciplinariedade e Cidadania (GESIC) - Colaborado do Projeto Transversões UFRJ, Miracema/ TO, Brasil. E-mail: grazi.email@ibest.com.br
Submetido em: junho/2013. Aprovado em: setembro/2013.

Pedacos do tempo que, de fato, se acham em mim, desde quando os vivi, à espera de outro tempo, que até poderia não ter vindo como veio, em que aqueles se alongaram na composição da trama maior. Às vezes, nós é que não percebemos o “parentesco” entre os tempos vividos e perdemos a possibilidade de “soldar” conhecimentos desligados e, ao fazê-lo, iluminar com os segundos, a precária claridade dos primeiros (FREIRE, 2003, p. 19).

Notas introdutórias

Escrever a respeito do legado de Paulo Freire neste momento de ofensiva neoliberal, que atinge impiedosamente a política educacional em nosso país, proporciona-nos recordar de lições importantes acerca do papel do educador e da educação comprometida com a liberdade e a autonomia, cimento para construção da justiça social na sociedade brasileira.

[...] O ato recordação, por conseguinte, jamais é puramente objetivo; por sua própria natureza, não pode ser um ato frio. A palavra recordar – que vem de cor (coração) já indica a forte presença do sentimento na ação. O sentimento leva o sujeito em boa medida, a “construir” seu passado a partir da necessidade que o marcam no presente (KONDER, 2009, p. 68).

Assim, esse ato de recordar é oriundo do presente marcado por inquietações dos rumos da educação universitária no país. No contexto da reforma da educação, “o governo do momento, em sangria desatada, tem inundado o país com decretos, medidas provisórias, leis, resoluções e portarias, quase sempre sem debate prévio” (KOIKE, s.d., p. 7). Foi em meio aos acontecimentos que buscamos estudar as obras de Freire para que talvez pudéssemos usufruir e compartilhar a vitalidade do seu pensamento radical.

Tão mais radical, quanto mais se inscreve nesta realidade para, conhecendo-a melhor, melhor poder transformá-la. Não teme enfrentar, não teme ouvir, não teme o desvelamento do mundo. Não teme o encontro com povo. Não teme o diálogo com ele, de que resulta o crescente saber de ambos. Não sente dono do tempo, nem dono dos homens, nem liberador dos oprimidos. Com eles se compromete, dentro do tempo, para que com eles lutar (FREIRE, 1987, p. 14).

Paulo Freire foi um dos mais importantes pedagogos; seu pensamento atingiu diferentes saberes e profissões. Suas obras influenciaram inúmeros processos democráticos no Brasil e mundo afora. No caso do Serviço Social, a vanguarda brasileira do Método de Belo Horizonte (BH), em sua maioria, era oriunda dos movimentos da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Ação Popular (AP), que incluem vivências na Movimento de Educação Básica (MEB), na sindicalização rural, nos Centros Popular de Cultura (CPC) e nos Círculos de Cultura que tiveram contatos o próprio Paulo Freire (GOMES, 2011). Consuelo Quiroga, integrante do Método de BH, relata sobre a influência freiriana que

No bojo de toda essa discussão, Paulo Freire e Educação como Prática de Liberdade e Pedagogia do Oprimido trouxeram para o Serviço Social inquietações no que se refere ao homem como sujeito de sua história, à discussão da prática pedagógica do Serviço Social, colocando para a profissão algumas indagações políticas que se desdobram em uma aproximação ao marxismo (QUIROGA, 1991, p. 86).

Portanto, resgatar o legado de suas obras no Serviço Social significa entender a processualidade da ruptura com o pensamento conservador elitista na profissão e sua aproximação com o referencial marxiano e marxista. Neste trabalho, buscamos analisar o legado freiriano por meio de uma análise

histórica do Serviço Social nos pedaços do tempo de 1950 até 1979. O estudo foi organizado nos seguintes itens: no primeiro, apontamos o contexto histórico do pensamento freiriano e sua interlocução com Serviço Social; no segundo, analisamos as obras *Pedagogia do oprimido* e *Educação e mudança* visando identificar a contribuição do legado de Paulo Freire na profissão.

O contexto do pensamento freiriano e os enlaces com Serviço Social em dois tempos

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser farsa (FREIRE, 2000, p. 11).

Para compreender o legado de Paulo Freire, é necessário localizarmos sua produção no contexto histórico, político e cultural do Brasil e da América Latina. Nesse sentido, analisamos o pensamento freiriano em dois momentos históricos distintos: O primeiro é o período desenvolvimentista-nacionalista que marcou a fase inicial do autor, que vai aproximadamente do fim da década 1940 até 1960 no Brasil. O segundo é pós 1964, quando Freire é preso e exilado no Chile. Paralelamente a esses períodos, estabelecemos uma interlocução com Serviço Social.

Achados e perdidos: desenvolvimento de comunidade e Paulo Freire

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria (FREIRE, 1996, p 23).

Em 1946, Freire assume a direção do Departamento de Educação e Cultura do Serviço Social da instituição do Serviço Social da Indústria

¹ (SESI), no Estado de Pernambuco, onde o trabalho era voltado para analfabetos pobres. Naquela época, envolveu-se no movimento da Teologia da Libertação,² que enfatizava a necessidade de que os pobres aprendessem a ler e a escrever para que tivessem o direito de votar. No Brasil, o analfabetismo atingia aproximadamente 50% da população. A questão do enfrentamento ao analfabetismo era uma questão eminentemente política, diretamente articulada com os projetos de modernização econômica e social do Brasil (PAIVA, 2000). Portanto, a finalidade era mais que a superação do analfabetismo era “superamos também a nossa inexperiência democrática” (FREIRE, 2000, p. 102). Cabe ressaltar que, naquele momento,

[...] se observa a existência de importantes modificações no pensamento social da Igreja Católica. O II Congresso Brasileiro de Direito Social (1946) aparece como marco de consolidação de novas posições da Ação Social Católica. [...] O Direito Social terá, agora, o papel de articular os diferentes grupos sociais de forma a que estes se submetam ao bem comum. Esse direito deverá, independentemente da ação do Estado, integrar os indivíduos dentro de uma ordem comunitária em que capital e trabalho, consumidor e fornecedor, terão sua apetividade pautada através do lucro e salários justos, a fim de atender às necessidades materiais e espirituais da sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 271).

Outro aspecto importante é compreender a criação do SESI, pois, além de ser *locus* no qual Paulo Freire iniciou suas ações, foi também cenário expressivo de disputas de projetos societários. O SESI era permeado por uma correlação de forças formada, tanto por esquerdistas considerados como trincheira

comunista quanto por os idealistas ortodoxos anticomunistas. Alicerçados nesses grupos bem diferenciados, os segmentos minoritários formados por idealistas e dirigentes da instituição tinham “a tarefa cristã de promover o nivelamento social através das condições de vida do proletariado, e um outro muito maior de homens realistas e práticos, que visavam tirar partido de sua contribuição” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 276).

Na década de 1950, as elaborações de Paulo Freire estavam numa “fina” sintonia com as ideias nacionalista e desenvolvimentista. As ideias do autor expressavam uma interpretação da sociedade brasileira vista como arcaica que precisava mudar para uma sociedade moderna e democrática. A pedagogia freiriana nessa fase visava “adequar” o homem à mudança por meio de uma formação de um sujeito democrático (PAIVA, 2000).

No final de 1950 era possível identificar, no âmbito da Igreja Católica, emergências de três segmentos – os tradicionalistas, os modernizadores e os reformistas –, de forma que a figura mais progressista era Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda, que representava, de certa forma, a “teologia do desenvolvimento” e colocava a questão da pobreza do povo nordestino (LOWY, 2000).

Ainda na década de 1950 e início dos anos 60, a sociedade brasileira passava por profundas transformações em cujas perspectivas a intelectualidade brasileira estava ancorada na pedagogia freiriana. Na concepção de Paiva (2000), a mudança exigia reformas sociais promovidas por meio do consenso entre grupos e classes sociais. O conceito de conscientização do autor nessa primeira fase não era uma forma de “consciência de classe”, mas um tipo de consciência que permitisse a compreensão global do país de modo a gerar ações que promovessem o desenvolvimento nacional e consolidassem a democracia.

O capitalismo era visto pelos integrantes católicos como um mal necessário ao desenvolvimento país; já a via comunista era interpretada como restrição às liberdades humanas e aos direitos individuais. A saída dessas duas posições antagônicas foi a tomada de posição gestada na democracia cristã combatente dos aspectos morais da atitude materialista e individualizada (egoísta) da lógica mercantil (ANDRADE, 2008).

Neste sentido, observa-se uma conexão do pensamento de Paulo Freire com o nacional desenvolvimentismo propugnado pelos intelectuais do ISEB³ (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Observemos a descrição de Freire sobre esse período,

O desenvolvimento, envolvendo não apenas questões técnicas ou políticas, mas guardando em si, também é a passagem de uma para outra mentalidade. Adesão à necessidade profunda, como fundamento para desenvolvimento e este para a própria democracia [...]. Quanto mais se falava da necessidade de reformas, na ascensão do povo, em termos muitas vezes emocionais e com parecia desprezar totalmente vigência do poder das “elites”, como tivessem elas descoberto já que ter privilégios não é só ter direitos, mas sobretudo deveres com sua nação, mais se arremetiam essas elites, “irracionalmente”, na defesa de seus privilégios inautênticos (FREIRE, 2000, p. 95).

Até 1965 percebe-se uma relação entre a ação pedagógica e a produção teórica de Paulo Freire com as ideologias nacionalistas e desenvolvimentistas, de cariz populista, desenvolvida e divulgada por um núcleo de intelectuais agrupados institucionalmente no ISEB (PAIVA, 2000).

Para Ferreira (1946 apud ANDRADE, 2008), a visão de democracia do pensamento cristão era o mesmo do Serviço Social, pois ambos fundamentavam-se na ideia de bem comum. Os assistentes sociais, nessa fase, trabalham na trilogia metodológica caso, grupo e comunidade, visando à integração do homem ao meio social. A partir de 1940, ocorreu forte presença norte-americana na difusão da base técnica dos métodos de caso e grupo e desenvolvimento de comunidade (DC). Esses modelos do Serviço Social tradicional na “segunda metade da década de cinquenta, desenhavam um processo de crise que,

se efetivado sem travas e sem traumatismos, também acabaria por *derrauir* as formas tradicionais do exercício profissional” (NETTO, 2011, p. 137).

Essa atmosfera do desenvolvimentismo nacionalista repercutiu no Serviço Social, pois a ideologia dominante estava em plena reciprocidade com as perspectivas profissionais emergentes que contribuíram na legitimação profissional. Portanto, “o assistente social quer deixar de ser um apóstolo para investir-se da condição de “agente da mudança” (NETTO, 2011, p. 138).

Os projetos desenvolvimentistas nacionalistas foram impulsionados por uma conjuntura da política internacional favorável ao desenvolvimentismo que estava atrelado à visão de resposta ao perigo do alargamento da área de influência soviética sob manto da guerra fria⁴ (PAIVA, 2000).

Apesar do revestimento conservador teórico-ideológico do desenvolvimento de comunidade, esse exercício profissional, fruto da experiência do Serviço Social, proporcionou “rachaduras” no tradicionalismo da intervenção do Serviço Social centradas principalmente do trabalho individual de caso. Netto (2011) destaca que o amadurecimento do Serviço Social nesse momento estava relacionado a quatro aspectos:

1. inserção dos assistentes sociais nas equipes multiprofissionais e convivência com grupos politicamente organizados;
2. emersão de católicos progressistas e de uma esquerda católica com ativa militância cívica e política;
3. movimento estudantil no Serviço Social;
4. referencial das ciências sociais vinculadas às dimensões críticas da vertente nacional-popular.

No Brasil, no começo dos anos 60, surgiu “Esquerda Católica” sob a inspiração da teologia francesa humanista e influenciada pela Revolução Cubana, que contribuiu para radicalização do movimento estudantil católico (JUC).

Essa radicalização compreendeu uma seleção das posições mais avançadas nos textos franceses [...] uma incorporação cada vez maior de elementos marxistas e uma mudança radical de perspectiva, substituindo o ângulo europeu por uma perspectiva da oprimida periferia do sistema capitalista mundial. Essa radicalização estava intimamente ligada às novas práticas sociais, culturais e políticas dos ativistas católicos: participação no movimento estudantil, muitas vezes com aliança com a esquerda secular, apoio às lutas sociais e compromisso com a educação popular (LOWY, 2000, p. 139).

Em 1961, Paulo Freire foi indicado para diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade do Recife e, em 1962, ele teve a primeira oportunidade para uma aplicação significativa de seu método, quando ensinou 300 cortadores de cana a ler e a escrever em apenas 45 dias. Devido ao êxito do método, o governo ampliou centenas de círculos de cultura no país, atendendo à situação de transição vivida pela sociedade brasileira (PAIVA, 2000).

Nos primeiros anos da década de 1960,⁵ militantes católicos, com apoio da igreja, formaram o Movimento pela Educação Básica (MEB) – a primeira tentativa católica de criar uma prática pastoral radical entre as classes populares. Tendo como base a pedagogia de Paulo Freire, o MEB tinha como objetivo não só alfabetizar os pobres, mas conscientizá-los e ajudá-los a tornarem-se agentes de sua própria história. Em 1962, os militantes da JUC e do MEB criaram a Ação Popular – AP, o movimento político não confessional dedicado à luta pelo socialismo e ao uso do método marxista. “Depois de 1964, a AP (Ação Popular) se distanciou não só da Igreja, como do próprio cristianismo [...] e a maioria de seus membros entrou para Partido Comunista do Brasil, de tendência maoísta (PC do B)” (LOWY, 2000, p. 140). A respeito do trabalho de Paulo Freire, a esquerda católica e o Serviço Social, na maré de 1960-1964 no Brasil, evidenciou-se que

[...] os assistentes sociais comprometidos com essa nova perspectiva, muitos assumindo o posicionamento dos cristãos de esquerda, engajam-se no MEB, organizado pela Conferência Nacional dos Bispos no Brasil, voltando-se, inicialmente, para um trabalho de alfabetização, passando depois para animação popular e para trabalho de sindicalização. Dá-se também a participação de alguns assistentes sociais nos trabalhos de cultura popular de Paulo Freire, despontando o emergir de uma prática questionadora do *status quo* (SILVA, 2009, p. 29).

No II Encontro das Escolas do Nordeste de Serviço Social (1964), Paulo Freire participou como convidado principal na mesa de abertura, o que significou uma “aliança simbólica” da categoria profissional com pensamento freiriano.

Essa afinidade entre Freire e o Serviço Social estaria, em princípio, ancorada na efervescência que a cultura católica teve com eventos políticos dos anos 1960. A “pedagogia dos oprimidos” nasce no contexto mesmo em que Serviço Social começa a criticar seus próprios métodos – ambos partem de uma leitura crítica da realidade latino-americana e ambos se alimentam de uma base filosófica cristã [...]. Em resumo, Freire pensa que a vida em sociedade é impossível sem que setores dominados se tornem consciente da lógica de dominação. Tais ideias irão nutrir a adesão de muitos profissionais a um novo projeto de Serviço Social (PINHEIRO, 2010, p. 49).

Em suma, as primeiras aproximações do Serviço Social com as ideias de Freire se deram em dois aspectos: a vinculação do autor ao movimento católico e por meio das propostas e ações de desenvolvimento de comunidades ligadas à educação de base de adultos.

Sabemos que Paulo Freire não foi o único responsável pela mudança nas questões do analfabetismo. As mudanças já vinham sendo gestadas “na sociedade brasileira no pós-guerra – na aceleração das transformações de infraestrutura, na expansão urbana, na crescente migração do rural para as cidades, na industrialização, na falência dos mecanismos tradicionais da dominação política, na radicalização das lutas políticas e ideológicas” (BEISIEGEL, 2010, p. 18).

Esse processo foi cortado pelo golpe de abril de 1964. Durante a ditadura militar mudou-se substancialmente o cenário de lutas em que vinha se desenvolvendo. A repressão, no primeiro momento, buscou a neutralização dos protagonistas sociopolíticos engajados com a democratização da sociedade e do Estado.

Com o golpe militar, Freire foi considerado traidor, ficando preso por 70 dias e, logo após, foi exilado, inicialmente na Bolívia, país em que não ficou muito tempo, pois houve outro golpe militar, agora em terras bolivianas e teve que ir ao Chile.

No item seguinte aprofundaremos a elaboração da obra freiriana no percurso da renovação do Serviço Social até meados de 1979.

A Reconceituação & ideias freirianas: um panorama histórico pós-1964

A Reconceituação tem como marco fundador o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em Porto Alegre, no ano de 1965. O Movimento de Reconceituação era unidade diversa que visava adequar a profissão à superação do subdesenvolvimento e ao rompimento com as práticas tradicionais. Para Iamamoto (2004) o Movimento de Reconceituação era um fenômeno tipicamente latino-americano que contestava o tradicionalismo do profissional, o que implicou em um questionamento global da profissão – fundamentos ideopolíticos, matrizes sociopolíticas da direção social e seu exercício profissional.

Em um dia qualquer de 1965. E assumimos um certo grau de liberdade, o que nos permitiu optarmos entre muitas possibilidades e nos colocamos onde nossa consciência histórica nos indicava. Nesse dia soubemos o que é ruptura. Nesse dia começamos a negar para criar. Nesse dia descobrimos que toda a disciplina social é gerada por uma ideologia e que toda ideologia sustenta uma teoria, que por sua vez foi gerada numa determinada sociedade. Descobrimos a contradição entre o ideal da verdade e as construções teóricas – ideológicas para ocultar a verdade. [...] Então, fomos considerados suspeitos pelos técnicos do mal-estar social, zelosos guardiães de sua estabilidade mental e material. Mas já tínhamos encontrado a resposta para o porquê de nossas vidas, que inclui o porquê de nossa profissão. E não podíamos nem queríamos retroceder (KISNERMAN, 1972, p. 5-6).

As preocupações do Movimento de Reconceituação estavam pautadas em:

- reconhecimento e busca da compreensão do desenvolvimento dependente dos países latino-americanos em relação aos países “centrais” por meio de uma leitura histórica da ação do assistente social;
- construção de um projeto profissional pautado nas particularidades latino-americanas;
- politização do fazer profissional no sentido da “libertação dos oprimidos” e comprometidas com “transformação social”;
- busca de referenciais de cientificidade para o Serviço Social, que se desdobrou numa reelaboração de formação articulada ao tripé: ensino, pesquisa e extensão.

As formulações reconceituadas tinham um traço eclético e recusa por teorias importadas, que foi uma das motivações que conduziu a incorporação da pedagogia do oprimido (NETTO, 2011). A apreensão do pensamento freiriano no Movimento de Reconceituação na América Latina tinha “uma prática característica da reconceituação, em sua origem: a exigência moral de assumir um posicionamento em face da desigualdade do “oprimido”. Para Kisnerman, a opção ideológica é imperativo categórico; como diz ele, apoiando-se em Paulo Freire (BARROCO, 2006, p. 144).

Atentemos para a posição do pedagogo brasileiro com relação ao Serviço Social, na sua afirmação que “o trabalhador social não pode ser um homem neutro frente à desumanização ou humanização, frente à permanência do que já não representa caminhos humanos ou à mudança destes caminhos. O trabalhador social, como homem, tem de fazer sua opção” (FREIRE, 2011, p. 63). Logo, o autor afirma ruptura com suposta neutralidade positivista embargada na profissão e aponta necessidade do engajamento e crítica à sociedade capitalista opressora e exploradora.

Não há dúvidas de que, como no caso das propostas contestadoras, aqui também se registra a influência de Paulo Freire; entretanto, examinados os conteúdos que se atribuem aos “objetivos-meios” [...] verifica-se que os formuladores de Belo Horizonte – ao contrário do que se constata em outras produções da reconceptualização latino-americana, como a de Clark (1974) – não se limitam a simples incorporação de freirianas, avançando para uma visão e uma ação sociocêntricas mais radicais (NETTO, 2011, p. 279).

Em 1967, Freire publicou a obra *Educação como prática da liberdade* e, no ano seguinte, produziu a mais importante obra de sua carreira intelectual, *Pedagogia do oprimido*. Esses livros foram frutos da trajetória de trabalho e militância. Durante seu exílio, trabalhou por cinco anos no Chile junto ao Movimento de Reforma Agrária da Democracia Cristã e na Organização de Agricultura e Alimentos da

Organização das Nações Unidas. Acreditamos que essas obras expressam um giro dialético à esquerda demarcando uma forma de “ruptura-continuidade” com sua primeira fase desenvolvimentista.

Identifica-se um giro dialético-teórico de Freire no sentido da ruptura na publicação da *Pedagogia do oprimido* a partir de sua aproximação com pensamento marxista, [...] entre os autores citados encontravam se, além de Hegel, Marx, Engels, Lenin, Fromm, Sartre, Marcuse, Fanon, Memmi, Lukács, Debray, Freyer, Kossic, Goldman e Althusser. Além disso, havia ainda repetidas menções a escritos e pronunciamentos de Mao Tsé-tung, Fidel Castro, Ernesto Guevara, Camilo Torres (BEISIEGEL, 2010, p. 85).

Podemos então identificar um novo ângulo de análise representado na ruptura com a lógica de conciliação das classes, ou seja, assumiu a radicalidade voltada ao fortalecimento da classe trabalhadora vista como explorada e oprimida, cujo conhecimento crítico da realidade e de sua condição é a alavanca para engajamento na transformação social, chegando em seus argumentos até o ápice do reconhecimento do uso da força dos oprimidos nesse processo revolucionário.

[...] o educador passara a movimentar-se num universo teórico bem diferente. Agora, sob esses novos pontos de vista, a educação (ou a “conscientização”) dificilmente poderia continuar a ser entendida como o instrumento privilegiado de transformação dos modos de coexistência. Acima dela, condicionando-a e determinando os limites de sua possibilidade de interferência na organização do social estava a própria organização social que a envolvia. [...] Esse conflito entre os interesses antagônicos das classes sociais “opressoras” e “oprimidas” impregnava a vida social em sua totalidade. Nessas sociedades assentadas na opressão e no conflito nem mesmo o conhecimento poderia ser neutro. Socialmente condicionado, o conhecimento constituía-se em ideologia. E também não haveria neutralidade no processo educativo (BEISIEGEL, 2010, p. 85).

A centralidade da pedagogia do oprimido são as práticas pedagógicas ligadas aos processos sociais como mediações na construção de novos saberes e novas práticas. A concepção freiriana rejeita explicitamente a perspectiva positivista da ciência e na pesquisa. Refuta a educação como um processo de adequação do sujeito à sociedade. O ato de educar é visto enquanto processo político que extrapola muros escolares. Sua elaboração teórica visa entender o povo e lidar com ele, daí a relevância para as profissões que intervêm no social (GOMES, 2011; STRECK, 2009).

Sabemos que o pensamento freiriano e sua relação com marxismo⁶ é cercado de polêmicas, pois muitos apontam que sua elaboração não tem relação com a vertente marxista; contudo, para outros se percebe claramente esta interlocução, principalmente no livro *Pedagogia do oprimido* (BEISIEGEL, 2010, GADOTTI, 2011, PRAXEDES, 2002). Nesse sentido, concordamos que

Embora a importância do marxismo no período em questão [anos 70] seja constatável na influência intensa, extensiva e difusa, exercida sobre uma variada produção teórica de difícil mensuração [...] poderíamos cair no erro de atribuir a origem de uma noção ou conceito a Marx quando, na realidade, poderia ser proveniente de outra fonte. Entraríamos, então, numa polêmica sem fim. Um autor como Paulo Freire, por exemplo, que recebe influência do marxismo nos setenta, sem recusar as influências cristãs recebidas anteriormente, dificilmente poderia ser considerado como marxista em sentido estrito (PRAXEDES, 2002, p. 4-5).

Muitos críticos da obra de Paulo Freire apontam uma composição teórica eclética nas suas formulações. No entanto, em nosso ponto de vista, as análises freirianas têm uma construção plural que a tornou original no pensamento social da América Latina e do Brasil.

A pedagogia do diálogo que praticava fundamenta-se numa *filosofia pluralista*. O pluralismo não significa ecletismo ou posições “adocicadas”, como ele costumava

dizer. Significa ter um ponto de vista e, a partir dele, dialogar com os demais. É o que mantinha a coerência da sua prática e da sua teoria. Paulo era acima de tudo um humanista. Seria a única forma de “classificá-lo” hoje (GADOTTI, 2007, p. 347, grifos nossos).

Esclarecemos que o pluralismo abrange o respeito à diversidades religiosa, política, cultural, teórica, orientação sexual etc. Ou seja, pluralismo é princípio democrático que consiste na convivência entre diferentes sujeitos e projetos societários (COUTINHO, 2000). O ecletismo se caracteriza pela mistura indiscriminada das ideias e teorias de diversos autores que obedecem à lógica de serventia do escritor. Estamos em concordância que o pensamento de Paulo Freire que articula a perspectiva de,

[...] pluralidade que se reflete na compreensão do oprimido. O oprimido é o ser humano alijado da condição de “ser mais” no sentido de realização da vocação de ser capaz de pronunciar o seu mundo como sujeito. É um ser histórico com uma subjetividade complexa cujos níveis de profundidade requerem, para a sua apreensão, uma “arqueologia da consciência”. Embora seja o portador da esperança de um futuro diferente, ele não está isento ou acima dos conflitos e das contradições da sociedade em que vive (STRECK, 2009, p. 543).

Acreditamos ser difícil enquadrar a produção teórica de Paulo Freire dentro das vertentes clássicas da sociologia, mas sim reconhecer as diferentes influências que se fazem presentes em diferentes momentos de sua obra; portanto, é um teórico que condensa diversas matrizes teóricas e outros autores da filosofia cristã. O autor estabelece um diálogo com os teóricos de esquerda e com vertente do humanismo cristão, mas mantendo sua autonomia e seu diferencial em sua interpretação, ressaltando a particularidade da realidade social do homem da América Latina e no seu sistema histórico de reprodução da opressão. Sua posição intelectual não é um processo neutro, mas instrumento de luta, de modo que suas obras são atravessadas por uma constante tentativa de desvelamentos dos mecanismos de opressão-libertação tecidas nas formas estruturais e sutis vivenciadas no cotidiano do homem latino-americano. Seu método é visto enquanto instrumento de luta social que visa contribuir com a ruptura da opressão e com a transformação societária.

No entanto, e apesar das acusações de ecletismo das ideias freirianas, não podemos obscurecer a relevância histórica do lugar do pensamento crítico de Paulo Freire no Serviço Social brasileiro e latino-americano, pois representou uma importante interlocução com os movimentos sociais de esquerda na luta pela democracia.

Cabe observar a abrangente e profunda influência do pensamento do pedagogo brasileiro sobre as vanguardas profissionais neste período; salvo erro nosso, boa parcela da produção latino-americana do Serviço Social, nestes anos, no que tem de proposta interventiva, depende inteiramente das formulações contidas em Freire (NETTO, 2011, p. 149).

No Brasil, esse movimento durante a ditadura militar impossibilitou a contestação política, de forma que o que se destacou foi a vertente do tecnocrático/modernizadora. Já em outros países latino-americanos, a reconceituação tomou rumos abertamente críticos, de contestação política visando à transformação social (YAZBEK, 2000). Desse modo, as críticas latino-americanas penetraram tardiamente no Serviço Social brasileiro, só se consolidando após a crise da ditadura. A renovação brasileira teve horizonte à modernização instrumental da profissão, marcado pelo aprofundamento tecnicista e pragmático que visava avançar e ampliar suas bases legitimadoras na sociedade brasileira (IAMAMOTO, 2004).

No decorrer do nosso estudo, verificamos que as elaborações de Paulo Freire no Serviço Social sofreram, ao longo do tempo, diferentes apreensões e interpretações sob espectro multicolor da

Reconceituação na América Latina e no processo de renovação no Brasil por meio das três correntes teóricas presentes em seu interior⁷ no período pós-64.

No Brasil, as ideias freirianas sobressaíram na formulação do Método de Belo Horizonte vinculado à vertente Intenção de Ruptura. As obras de Paulo Freire no Serviço Social nas décadas de 1960 e 70 foram forças vitais para criar uma nova moralidade profissional ancorada na participação política no trabalho com os movimentos sociais populares, fruto das críticas da reconceituação latino-americana na aproximação com o marxismo e com a militância católica progressista. Seu legado impactou profundamente na elaboração do Método de Belo Horizonte de 1975 (BARROCO, 2006).

O Método de BH tinha como objetivo a transformação do homem e da sociedade pautada no processo de conscientização. A base do método utilizado era a perspectiva dialética; entretanto, o esforço de sua sistematização acabou levando à lógica formalista que tantos de seus integrantes pretendiam romper. Contudo, a experiência significou um avanço na profissão no intento de “romper” com conservadorismo, pois contribuiu na denúncia ao teorismo e ao método de pesquisa positivista, buscando demonstrar a necessidade de articular a investigação ao processo imediato de organização e mobilização popular. Nota-se que os elementos identificados na criação do Método de BH são fruto da fase teórica de Freire em exílio (GOMES 2011).

Na realidade, na experiência de Belo Horizonte todos objetivos-meios surgem articulados ao pensamento de Paulo Freire, filtrados com uma lente maoista [...]. O centro da concepção dos formuladores é que a ação profissional é fundamentalmente política. Essa postura confunde atribuições profissionais com as do militante político. [...] é a redefinição do papel da profissão uma dimensão político-pedagógica, colocando como objeto da atuação profissional a ação social da classe oprimida, recorrendo à teoria da aprendizagem de Paulo Freire. [...] *A despeito de qualquer crítica, o Método de BH tem mérito de, pela primeira vez, explicitar o caráter político da profissão* (GOMES, 2011, p. 63; grifos nossos).

Entretanto, Netto (2011, p. 149) coloca que o pensamento de inspiração marxiana nos meandros da reconceituação sofreu equívocos ecléticos “grosseiros que chegou a supor uma congruência teórico-metodológica com o substrato das propostas de Paulo Freire”. Por sua vez, Quiroga (1991) também traz uma interessante análise da apreensão enviesada da ótica voluntarista da matriz marxista aliada ao pensamento freiriano no Serviço Social:

Esse tratamento representa de uma certa continuidade, agora dentro da “perspectiva marxista”, da visão humanista predominante, historicamente, no Serviço Social e que encontrou, mais recentemente, nas lições de Paulo Freire, a sua reciclagem. Tal antecedente humanista, que pretende “valorizar” a ação dos homens, ressalta outra deformação: trata-se da abordagem do papel histórico dos homens, considerados, muitas vezes, como indivíduos e não como sujeitos históricos – as classes sociais (QUIROGA, 1991, p. 116).

Conforme abordamos anteriormente, as obras freirianas impactaram no Movimento de Reconceituação trazendo importantes reflexões sobre concepção do homem enquanto sujeito de sua história, a dimensão educadora da profissão e os questionamentos sobre os elementos políticos da prática que posteriormente se consolidaram numa aproximação ao marxismo.

Outra forma de exemplificar a apreensão do pensamento freiriano no Brasil é a vertente da reatualização conservadora no Brasil presente na construção da professora Ana Maria Pavão aliada ao viés fenomenológico que enfatizou a visão existencial do trabalho social (NETTO, 2011). A autora utilizou, como subsídio, a concepção de diálogo – consciência articulada na visão humanista de Freire.

Para Pavão (1988, p. 40), “Sendo a conscientização um processo eminentemente educativo tomamos como ponto de partida o pensamento pedagógico de Paulo Freire cuja postura se apoia numa concepção de homem e de mundo com nítida influência fenomenológica”.

Em nossa visão, a autora da reatualização conservadora despolitiza a perspectiva do autor, visto que o referencial freiriano da época afirmava claramente que toda a educação é, em si, política e que estava circunscrita na luta entre opressores e oprimidos, cuja revolução somente era possível pela libertação do oprimido.

No próximo item analisaremos duas obras de Paulo Freire visando identificar e aprofundar suas contribuições ao Serviço Social.

Aproximações analíticas: América Latina e Brasil

Nesta etapa do ensaio analisaremos duas obras do autor – *Pedagogia do oprimido* e *Educação e mudança* – focadas em dois eixos: perspectiva ontológica e crítica ao assistencialismo, enfatizando seus desdobramentos no debate do trabalho profissional. Optamos por nos limitar nesses pontos, levando em consideração a amplitude do pensamento do autor e a importância desses aspectos no processo de renovação crítica da profissão.⁸ O objetivo é apresentar um estudo exploratório enfatizando as produções latino-americanas, por meio de comparação entre o pensamento freiriano e os teóricos do Serviço Social. Também introduzimos breves reflexões contemporâneas do Serviço Social brasileiro acerca da temática da subjetividade e do assistencialismo.

Perspectiva ontológica: a subjetividade forjada na opressão-libertação

[...] os homens são seres da busca e sua vocação ontológica é humaniza-se.
(FREIRE, 1987, p. 35).

O autor constrói sua abordagem ontológica partindo da discussão da humanização versus a desumanização, ou seja, para falar de humanização implica “em reconhecer a desumanização, não apenas como visibilidade ontológica, mas como realidade histórica” (FREIRE, 1987, p. 16). Portanto, a desumanização é negação da vocação ontológica de ser mais. Cabe ressaltar que a visão de desumanização é histórica e não destino dado, podendo ser mudada, pois é produto de uma ordem injusta criada por meio da violência dos opressores.

A ontologia freiriana que o Serviço Social recebeu foi fruto da conciliação entre humanismo cristão e o humanismo marxista, que proporcionou por um lado uma compreensão do caráter humanista do pensamento marxista; entretanto, por outro subordinou seus princípios à metafísica da filosofia cristã, impedindo, naquele momento, que se efetuassem uma crítica ontológica no interior do próprio marxismo (BARROCO, 2006).

Ilustrando a tentativa de “conciliação” do humanismo cristão e marxista, observemos o trecho: “a opressão real ainda opressora, acrescentando-lhe a consciência da opressão, a que Marx se refere, corresponde à relação dialética subjetividade e objetividade. Somente na sua solidariedade em que o subjetivo constitui-se com o objetivo uma unidade dialética, é possível a práxis autêntica” (FREIRE, 1987, p. 21).

A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si” não teria significação. Essa somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem”

injusta que gera violência dos opressores e esta, o ser menos (FREIRE, 1987, p. 16). O autor aborda também a dinâmica contraditória entre opressores e oprimidos visando à superação dialética na consolidação da libertação do oprimido.

O problema está em como os oprimidos, que “hospedam ao opressor em si”, participar da elaboração, como seres duplos inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” de opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com opressor, é impossível fazê-lo. [...] A estrutura de seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se “formam” [...] (FREIRE, 1987, p. 17).

Nesse trecho pode-se identificar, na visão do autor, ênfase na reprodução das estruturas externas (sociedade) na interiorização do sujeito (subjetividade), ou seja, o oprimido absorve a visão do opressor e a espelha no seu cotidiano. O mecanismo dessa interação é permeado pela dinâmica contraditória e conflituosa entre opressor e oprimido. A questão da “hospedam do opressor pelo oprimido” foi interpretada no contexto de reconceitualização do Serviço Social na crítica da incorporação dos valores e teorias estrangeiras alienadas da realidade social latino-americana, colocando que

[...] nossa região [latino-americana] empregando juízos de valor estranhos do século XIX, e de um Ocidente que apenas em nossas mentes, funcionava como cultura unificada. Assim, ao invés de nos orgulharmos de ser criativos lamentamos-nos de ser desorganizados, ao invés de oportunos consideramo-nos impontuais; confundimos dignidade com intransigência, originalidade com rebeldia; emoção genuína com falta de amadurecimento [...]. Aceitamos como lastro e não como tesouro nossa relação com sol, com a água, com as árvores e com os pássaros, nosso amor à vida e nossa aceitação da morte. [...] Nunca nos detivemos em pensar se nossos valores eram importados, porque nunca aceitamos a ideia de nossa existência como latino-americanos. Acreditamos existirmos como europeus, ou como nativos. A língua, a religião e a literatura nos fizeram sentir durante quatro séculos Ocidente [...] (RUZO, 1975, p. 9).

Com apoio na explanação acima, podemos verificar que a concepção de homem oprimido latino-americano e o mecanismo de absorção do opressor na sua consciência justificaram, em certa medida, o trabalho de base que proporcione a “conscientização” dos sujeitos sobre sua condição de oprimido, superando assim a incorporação da sombra dos opressores rompendo com esse ciclo. Vejamos a afirmação abaixo,

Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis da sua busca; pelo conhecimento da necessidade de lutar por ela. [...] Pedagogia do Oprimido: aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação [...] (FREIRE, 1987, p. 17).

Dando sequência, outra crítica realizada no período foi a concepção abstrata e idealista de sujeito gestada no conceito de dignidade humana usada pelo Serviço Social tradicional imbricada no entendimento de subjetividade e as particularidades formação social e cultural dos países latino-americanos; observemos então,

Somos uma cultura mestiça e católica. Não podemos continuar dizendo que nos preocupamos com dignidade do ser humano se negamos ao ser humano da América Latina de ser genuíno. Esse homem e essa mulher da América Latina a quem me refiro não é especialmente o índio, nem preto, nem pai de santo, nem

caboclo. Somos também nós, que temos alguma coisa de tudo isso, mas que, além disso, somos o branco, o missionário, o patriarca; e que mesmo renegamos e nos envergonhamos, ora por nos sentirmos inferiores, ora por sentirmos superiores. Falta-nos o orgulho de sermos física e intelectualmente mestiços porque não analisamos e não aceitamos nossos valores (RUZO, 1975, p. 8).

Com base na citação supracitada, podemos identificar elementos do pensamento freiriano em dois sentidos: o primeiro em mostrar nosso diferencial na formação social e o segundo na tentativa de demonstrar a incorporação da visão dos opressores (colonizadores) pelos oprimidos (povo latino-americano). A questão da opressão e do opressor está implicada na concepção de classe dominante, ou seja,

[...] para os opressores, o que vale é ter mais e cada vez mais, à custa inclusive, do ter menos ou nada ter dos oprimidos. Ser, para eles é ter como classe que tem. Não podem perceber a situação opressora em que estão, com usufrutuários, que, se ter é condição para ser, esta condição é necessária a todos os homens. Não podem perceber que, na busca egoísta do ter como classe que tem, se afogam na posse e já não são (FREIRE, 1987, p. 26).

Consequentemente, o desvelamento da realidade e a historicidade das contraditórias e das opressões vivenciadas pelo homem latino-americano são essenciais para processo de libertação do oprimido. Portanto, o processo de libertação assume um pertencimento com pensamento crítico das contradições “não apenas na teoria nem apenas na prática, mas na práxis que integra ação e reflexão como dois movimentos complementares em permanente tensão (STRECK, 2009, p. 555). A libertação é caminho árduo do conhecimento da realidade que envolve uma dimensão educativa e participativa dos oprimidos.

A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. [...] Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela porque não a tem. Não é também liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. [...] É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos (FREIRE, 1987, p. 18).

Demonstrando essa inspiração da dimensão ontológica do autor embargada no debate da reconceituação latino-americano, citamos também outro autor destacado na produção acadêmica do período, a fim de reafirmar sua influência no Serviço Social latino americano,

Para o Serviço Social tradicional o homem era objeto quando apresentasse problemas sociais e o objetivo era adaptá-lo a uma sociedade equilibrada. Para o Serviço Social reconceituado, o homem é um transformador do mundo, um fazedor de si mesmo e do mundo. Portanto, o sujeito. O homem objeto é impulsionado pelos demais, massificado, coisificado, em situação de dependência. O homem sujeito é um ser dentro do mundo e com o mundo, está situado e fechado, aberto aos desafios, inconcluso, um programador de sua vida, na qual totaliza seus projetos. É um ser livre enquanto tem a capacidade de optar e histórico como homem de sua época (KISNERMAN, 1972, p. 51).

Trazendo os elementos da opressão e do opressor apontados pelo autor podemos destacar o processo de coisificação atrelado ao controle social e a desumanização na formação social brasileira. Essa visão do autor desemboca na discussão do controle social dos opressores sobre oprimidos; vejamos:

Se humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu constante controle. E, quando mais controlam os oprimidos, mais os transformam em “coisa”, em algo que fosse inanimado. Essa tendência

dos opressores de inanimar tudo e todos, que se encontra em sua ânsia de posse, se identifica, indiscutivelmente, com a tendência sadista. [...] O sadismo aparece, assim, como uma da consciência opressora, na sua necrófila do mundo (FREIRE, 1987, p. 26).

Podemos identificar no processo de colonização no Brasil o sadismo, enquanto uma faceta psicossocial da classe dominante descrita por Gilberto Freyre:

Resultado da ação persistente desse sadismo, de conquistador, de senhor sobre escravo, parece-nos o fato, ligado naturalmente à circunstância econômica da nossa formação patriarcal [...] em nossa vida política, onde mandonismo tem sempre encontrado vítimas em que exercer-se com requintes sádicos [...] a tradição conservadora no Brasil sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçando em “princípio da Autoridade” ou “defesa da Ordem” (FREYRE, G., 1986, p. 86-87).

Avançando no ponto de vista do autor, podemos identificar sua compreensão acerca da dialética subjetividade e objetividade, elementos latentes do entendimento ontológico.

Não se pode pensar em objetividade sem subjetividade. Não há uma sem a outra, que não podem ser dicotomizadas. A objetividade dicotomizadas da subjetividade, a negação desta na análise da realidade ou na ação sobre ela, é objetivismo. Da mesma forma, a negação da objetividade, na análise como ação, conduzindo ao subjetivismo que se alonga em posições solipsistas, nega a ação da mesma, por negar a realidade objetiva, desde que esta passa a ser criação da consciência. Nem objetivismo, nem subjetivismo ou psicologismo, mas subjetividade e objetividade em permanente dialeticidade (FREIRE, 1987, p. 20).

No sentido freiriano, a estrutura social é uma construção histórico-cultural do homem cujo movimento do real é um jogo dialético de mudança e estabilidade. Dessa forma, a estrutura não é a mudança nem o estático, tomados isoladamente, mas a duração da contradição entre ambos.

[...] deste universo criado pelo homem a mudança e a estabilidade da sua própria criação aparecem como tendências que se contradizem. *Esta é a razão pelo qual não há mundo humano isento de contradição.* [...] Enquanto a estrutura social se renova através das mudanças de suas formas [...] a estabilidade representa a tendência à normalização da estrutura (FREIRE, 2011, p. 48; grifos nossos).

Mais adiante, o autor esclarece a diferença de subjetivismo-psicologismo e subjetividade:

Confundir subjetividade com subjetivismo, com psicologismo, e negar-lhe a importância que tem no processo de transformação do mundo, da história, é cair num simplismo. É admitir o impossível: um mundo sem homens, tal outra ingenuidade, a do subjetivismo, que implica em homens sem mundo (FREIRE, 1987, p. 20).

Podemos perceber, a partir dos trechos acima, elementos polêmicos⁹ do debate atual na profissão sobre a subjetividade e o marxismo que, na visão do pedagogo: “Em Marx como em nenhum pensador crítico, realista, jamais se encontrará dicotomia. O que Marx criticou e, cientificamente destruiu, não foi a subjetividade, mas o subjetivismo, o psicologismo” (FREIRE, 1987, p. 20, grifos nossos).

O entendimento freiriano sobre subjetividade e a crítica ao subjetivismo-psicologismo encarnados no Serviço Social tradicional foram fundamentais na renovação da profissão no Brasil, pois inaugurou uma nova abordagem de subjetividade que será materializada no código ético da profissão de 1993 tendo liberdade enquanto valor central.

Consideramos que a dimensão subjetiva atravessa todos os processos de trabalho em que o Serviço Social se insere. Entretanto, sofreu metamorfoses no decorrer da história da sociedade e da profissão, de sua base conservadora de ajuda psicossocial para os dias atuais no exercício da cidadania. Essa dimensão esteve efetivamente ligada aos processos educativos e culturais que serviram para o controle/consenso da população, mas veio sendo reapropriada de forma crítica e engajada pelos movimentos sociais e por produções acadêmicas contemporâneas, principalmente as produções ligadas à Reforma Psiquiátrica brasileira (MACHADO, 2009).

Em suma, os elementos da ontologia freiriana no entendimento opressor-oprimido, no entendimento da subjetividade proporcionaram reflexões ainda não resolvidas no Serviço Social na contemporaneidade que precisam ser amplamente dialogadas e entendidas e cujo legado freiriano pode ser marco dialético para um novo jeito de caminhar sobre a temática da subjetividade. Acreditamos que o debate freiriano avançou na ruptura com o pensamento conservador no olhar da subjetividade, acima das relações sociais orientada na perspectiva idealizada e essencialista da dignidade humana propagada pelo Serviço Social tradicional.

Crítica ao assistencialismo: uma reflexão do processo de ruptura

As primeiras obras freirianas originalmente foram publicadas em 1959 no Brasil, sendo reelaboradas-expandidas nos livros: *Educação como prática da liberdade e Pedagogia do oprimido*. Essas obras trazem a contundente crítica ao assistencialismo da época. Paulo Freire, a partir de sua experiência no trabalho assistencial no SESI, formulou uma crítica e recusa ao assistencialismo que transparecem claramente nas análises do educador (BEISIEGEL, 2010).

Opúnhamo-nos a estas soluções assistencialistas, ao mesmo tempo em que não aceitávamos as demais, porque guardam em si uma dupla contradição. Em primeiro lugar, contradizem a vocação natural da pessoa – a de ser sujeito e não ser objeto, e o assistencialismo faz de quem recebe a assistência objeto passivo [...]. O grande perigo do assistencialismo está na violência do seu antidiálogo [...] não lhe oferece condições para desenvolvimento de sua consciência que, nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica (FREIRE, 1987, p. 65).

Em nosso ponto de vista, o debate limítrofe do assistencialismo e a educação popular construído pelo pensador também foi fruto da convivência com as pioneiras da primeira geração, conforme entrevista do autor concedido para *Revista Serviço Social e Sociedade* n. 3 em 1980:

Inclusive, há algo que eu gostaria de sublinhar numa conversa, numa publicação de serviço social, que corresponde a uma espécie de dever ou até de gratidão de minha parte (ao Serviço Social). Quer dizer, é a presença de assistentes sociais na minha prática de educador e, até, eu diria, na minha visão mesma do trabalho pedagógico popular. Muito moço, em Recife, indiscutivelmente marcado por mulheres de forte e amável personalidade e, também pela competência e seriedade de pessoas, como, por exemplo, Lourdes Moraes, Dolores Coelho, Maria Hermínia, Hebe Gonçalves, Heloísa Bezerra – de uma geração já destas – e de outras mais, como Evany Mendonça, também filha da primeira geração. [...] Conversei muito, discuti sempre muito com elas, aprendi e acho que ensinei (FREIRE, 1980, p. 73).

Nesse testemunho inquietante de Paulo Freire podemos considerar um momento singular da história do Serviço Social nas interações dos debates da educação popular que nos possibilita identificar que fomos inspiradores – inspirados e sujeito-objeto nessa travessia da primeira geração de assistentes

sociais ao processo de consolidação do legado freiriano na profissão marcados nos fluxos teóricos da intenção de ruptura.

As críticas freirianas ao assistencialismo geraram certas indagações do pensamento latino-americano que, muitas vezes, levaram as respostas “enviesadas”; entretanto, foram extremamente relevantes, pois possibilitaram abrir a Caixa de Pandora da intervenção profissional. Imamoto (2008), apresentando um balanço do impacto da crítica ao assistencialismo na América Latina, relata que a assistência social tornou-se um tema “maldito” na reconceitualização do Serviço Social latino-americano, que procurava romper com as históricas ações de cunho paternalista e assistencialista, que manchavam a imagem social e acadêmica dos assistentes sociais. Contudo, no conduzir do debate, a assistência social acabou ficando presa numa dupla cilada – a primeira desconsiderava o caráter contraditório da assistência social e a segunda continuava em conferir o caráter assistencialista da profissão exclusivamente nas atividades realizadas no âmbito do Serviço Social de caso.

Portanto, o exercício profissional foi analisado no processo de reprodução da dominação-opressão. Atrelado à crítica ao assistencialismo e ao paternalismo, agrega-se o debate do Serviço Social de caso, que foi comparado à prática bancária,

[...] das práticas “bancárias” da educação, a que se junta toda uma ação social de caráter paternalista, em oprimidos, recebem o nome simpático de “assistidos”; são casos individuais, meros “marginalizados”, que discrepam da fisionomia da sociedade. “Esta é boa, organizada e justa. *Oprimidos, como casos individuais, são patologias da sociedade são, que precisa, por isso mesmo, ajustá-los a ela, mudando-lhes a mentalidade de ineptos e preguiçosos*” (FREIRE, 1987, p. 35; grifos nossos).

No supracitado podemos identificar claramente a crítica ao modelo adotado pelo Serviço Social tradicional. O Serviço Social de caso tinha como referencial o positivismo-funcionalista fluído de parâmetros psiquiátricos e psicologizantes, que determinaram uma concepção profissional: sujeito-pobreza-doença (objeto) x estudo-tratamento-ajustamento social (intervenção). O posicionamento reconceituado latino-americano sobre o Serviço Social de caso era:

A única esperança do Serviço Social, na verdade, o único caminho adequado a tomar, é participar da corrente atuante da ação social, é compreender o quanto é completamente irrelevante atuar como “psiquiatra de indigente” [...] a maioria das tensões na vida do indivíduo são causados, direta ou indiretamente, por circunstâncias sociais: pela pobreza [...]. Portanto, como um estudante de Serviço Social escreveu na parede de sua sala de aula: “precisamos arrancar o serviço social dos nossos corações” (YOUNGHUSBAND, 1975, p. 30).

Freire, em seu artigo sobre “O papel do trabalhador social no processo de mudança”, expõe: “o papel do trabalhador social não se dá no processo de mudança em si, mas num domínio mais amplo. Domínio no qual a mudança é uma das dimensões. Naturalmente, este domínio específico no qual atua o trabalhador social é a estrutura social” (FREIRE, 2011, p. 45). Diante desses pressupostos, o educador coloca que,

[...] Falar do papel do trabalhador social implica na análise da mudança e da estabilidade como expressões da forma de ser da estrutura social. [...] trabalhador social atua numa realidade, qual, mudando, permanece para mudar novamente [...] como homem, somente pode entender ou explicar a si mesmo como um ser de relações com esta realidade [...] realidade se dá com outros homens, tão condicionados como ele pela realidade dialeticamente permanente e mutável, e que, finalmente precisa conhecer na qual atua com os outros homens (FREIRE, 2011, p. 48).

O segundo ponto que destacamos foi qual problematização de Freire acerca da “autointitulação” do assistente social enquanto “agente da mudança”: reconhecer-se como “agente da mudança” atribui a si a exclusividade da ação transformadora que – sem dúvida, numa concepção humanista – cabe também aos demais homens realizarem. Se sua opção é pela humanização, não pode então aceitar que seja o “agente da mudança”, mas um de seus agentes (FREIRE, 2011, p. 52). Podemos identificar a absorção da herança do autor no debate do “agente da mudança” no texto do autor latino-americano:

A alienação é sustentada pelos declaradores da alienação (revolucionários de confeitaria), pelos pregadores de “sua verdade”, pelos que fogem da realidade com seus sonhos edificantes (hippies), pelos intelectuais e profissionais neutros, pelos ativistas auto-sustentados em si mesmo, alimentados pela utopia social que criam (“agentes de mudança”) e não encontram visibilidade em seus atos. O homem sujeito, exposto ou propenso a alguma coisa, é o homem que se descobre no mundo, o que dá sentido ao mundo e às coisas (KISNERMAN, 1972, p. 54).

Segundo Barroco (2006), foi por meio da militância que a ética emergiu como elemento motivador da opção política pelas lutas populares, que se vinculou à educação popular inspirada em Paulo Freire. Sua constituição inicial esteve articulada à ideia de “agente da mudança” ao posterior “compromisso com classe trabalhadora”. Desse modo, a busca de ruptura com o Serviço Social tradicional foi gerida pela elaboração de uma nova identidade permeada pelo engajamento político e a ação educativa voltada à libertação dos “oprimidos”. Exemplificando a análise da presença do pensamento freiriano atrelado à concepção de “militância” no trabalho profissional na América-Latina, observamos que,

De acordo com Freire, a ação profissional deve se encaminhar essencialmente para a organização das massas, tarefa que “implica o testemunho que lhes oferecer para demonstrar que o esforço é uma tarefa executada em comum”. Um grupo, como organização, é eficiente quando conseguiu estabelecer o diálogo entre seus membros, quando acima das reivindicações pessoais ou das minorias, tomou consciência da reivindicação de todos os homens [...] (KISNERMAN, 1972, p.60).

Identificamos que as interpretações freirianas no Movimento de Reconceituação Latino-Americana foi contraditória, pois de um lado rompeu com a suposta neutralidade do assistente social, “condenou” os métodos tradicionais e o controle dos oprimidos. No entanto, a apreensão levou a profissão a assumir uma postura politicista da intervenção, desvinculada da análise das condições objetivas do assalariamento do Serviço Social. Entretanto, esse *ethos* da esquerda, seja socialista ou católica progressista, produziu no âmbito profissional uma postura militante por meio de ações educativas junto aos movimentos populares. Esse fato contribuiu para que os assistentes sociais conseguissem desenvolver intervenções político-organizativas pautadas em novas bases: “agora educa-se para libertar, donde a influência de Paulo Freire nesse momento foi primordial” (BARROCO, 2006, p. 145).

Em síntese do percurso analítico apresentado acreditamos que tenha ficado explícita a importância do pensamento freiriano na renovação crítica do Serviço Social no Brasil e na América Latina que, a nosso ver, contribuiu nos seguintes aspectos:

- a) na ruptura da neutralidade e afirmação de seu caráter político da intervenção profissional;
- b) na busca de uma prática comprometida com libertação dos oprimidos;
- c) na valorização da militância política e da cultura popular;
- d) na colaboração no recebimento das teorias marxistas;
- e) na mudança na concepção de homem-subjetividade.

Ao término deste último tópico do estudo da herança de Freire no Serviço Social, fechamos com esperança de ter colaborado para retomada da leitura das obras do educador na atualidade.

Algumas considerações

Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos esperamos, que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil de amar (FREIRE, 1987, p. 108).

Nesse ensaio de cunho bibliográfico, buscamos demonstrar a importância do pensamento freiriano no Serviço Social articulado ao processo de renovação crítica na América Latina e no Brasil. O legado freiriano na profissão, que percorreu um sinuoso trajeto, sofrendo desvios subjetivistas e despolitizantes pela vertente fenomenológica, bem como articulações ecléticas com o marxismo, que vão desde situações grosseiras de elaborações até os desdobramentos mais maduros explicitados no Método de BH. Também contribuiu para constituição de uma nova moralidade profissional centrada na liberdade e na militância política em favor dos oprimidos e explorados, rompendo o tradicionalismo abstrato da ética e da neutralidade no Serviço Social centrado principalmente no trabalho de caso.

Na elaboração do artigo, observamos que muitos autores do Serviço Social indicam a importância de Paulo Freire na profissão; todavia, encontramos poucas análises do impacto do pensamento freiriano. Em nosso ponto de vista, o estudo do pensamento freiriano poderia ser valioso no entendimento da constituição da vertente intenção de ruptura no Brasil e da Reconceitualização latino-americana, pois se desdobrou numa aproximação com os movimentos sociais e com o marxismo. Também proporcionou numa autoanálise da dimensão político-pedagógica do fazer profissional.

Fazendo um breve apontamento acerca das *con-formações* neoliberais na política de educação e estudo do arcabouço de Paulo Freire, consideramos que o ensino público de nível superior, principalmente nas universidades federais recém-criadas, vem assumido uma tendência de focalização no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, atualmente temos uma ênfase assoberbada na via ensino na sala de aula objetivando atender o maior número de discentes. Conseqüentemente, a focalização na sala de aula como único recurso de formação dos discentes tende a limitar os espaços formativos de crítica autônoma e universalista da pesquisa e da extensão. É nesse sentido que as críticas freirianas categorizadas na educação bancária, na desumanização-humanização e no processo “oprimido-opressor” continuam relevantes na contemporaneidade.

[...] a sua pedagogia continua válida não só porque ainda há opressão no mundo, mas porque ela responde a necessidades fundamentais da educação de hoje. [...] o pensamento de Paulo Freire é mais atual do que nunca, pois, em toda a sua obra ele insistiu nas metodologias, nas formas de aprender e ensinar, nos métodos de ensino e pesquisa, nas relações pessoais, enfim, no diálogo. [...] Há algo que permanece constante no pensamento dele: a sua preocupação ética, seu compromisso com os “condenados da Terra” (Pedagogia do oprimido), com os “excluídos” (Pedagogia da Autonomia) (GADOTTI, 2002, p. 345).

Em tempos do capital financeiro, as críticas às práticas bancárias são um caminho fecundo no entendimento das configurações da educação universitária na contemporaneidade. A crítica e a transformação da realidade social na formação vêm submergindo em exigências massificadas do mercado capitalista na contemporaneidade

Freire (1996, p. 14) nos alerta que “formar é muito mais do puramente treinar o educando no desempenho de destrezas [...]. Entretanto, a perspectiva neoliberal prega a ideologia que [...] só há uma

saída para prática educativa: adaptar o educando a esta realidade que não pode ser mudada. [...] é o treino técnico indispensável á adaptação do educando, à sua sobrevivência” (FREIRE, 1996, p. 20).

Refletir sobre o legado de Paulo Freire nos permitiu captar elementos históricos que contribuíram na renovação do Serviço Social crítico. Além disso, nos trouxe reflexões sobre a educação comprometida na construção de uma sociedade justa e combatente a todas as formas opressão-exploração.

Referências

- AMMANN, S. B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- ANDRADE, M. A. de. O metodologismo e desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro – 1946 a 1961. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008. Disponível em: <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/download/13/78>. Acesso em: 05 de abril de 2012.
- BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- BEISIEGEL, R. C. de. *Paulo Freire*. Brasília: MEC; Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores)
- COUTINHO, C. *Contra corrente: ensaios sobre a democracia e o socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.
- FALEIROS, V. P. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1999.
- FREIRE, P. A prática de pensar a prática é a melhor maneira de aprender a pensar. *Revista de Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 3, 1980.
- _____. *A educação como prática da liberdade*. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- _____. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime patriarcal*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.
- GADOTTI, M. *Por que continuar lendo Freire? O Estado de S. Paulo*, 27-05-2007. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-antiores/7426-por-que-continuar-lendo-paulo-freire-artigo-de-moacir-gadotti>. Acesso em: 7 jan. 2011.
- _____. Educação e ordem classista. In: FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GOMES, M. F. *Paulo Freire e Serviço Social no Brasil: elementos do pensamento freiriano para superação do conservadorismo na profissão*. Em Pauta. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2498/1931>. 2011. Acesso em: 10 out. 2012.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social na contemporaneidade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- KISNERMAN, N. *Sete estudos sobre Serviço Social*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1972.
- KOIKE, Maria M. *Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais*. Disponível em: http://www.prof.joaodantas.nom.br/materialdidatico/material/5 Formacao_profissional_em_Servico_Social_exigencias_atuais.pdf. Acesso em: 07 set. 2012.
- KONDER, L. *O marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LOWY, M. O marxismo dos anos 60 na França: a corrente humanista revolucionária. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 30, 1989.
- _____. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MACHADO, G. S. Reforma psiquiátrica e Serviço Social: o trabalho dos assistentes sociais na equipe dos CAPS. In: Vasconcelos, E. M. (Org.). *Abordagens psicossociais*. São Paulo: Hucitec, 2009. (v. 3 – Perspectivas para o Serviço Social)
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2011.
- PAIVA, V. Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista. *Revista de Ciências da Educação*, São Paulo, Graal, 2000, n. 2, p. 83-86. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt>. Acesso em: 20 dez. 2011.
- PAVÃO, Ana Maria Braz. *O Princípio de autodeterminação no serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1988.
- PINHEIRO, L. F. *Serviço Social, religião e movimentos sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Gramma/FAPERJ, 2010.
- PRAXEDES, W. L. de A. Repensando a recepção do marxismo no pensamento educacional brasileiro. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, ano 2, n. 12, maio 2002. Disponível em: www.espacoacademico.com.br. Acesso em: 08 dez. 2011.

- QUIROGA, C. *Invasão positivista no marxista: manifestação no ensino da metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.
- VASCONCELOS, E. M. (Org.). *Saúde mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2000.
- RUZO, Elya C. C. Uma filosofia latino-americana de Serviço Social. *Revista Debates Sociais*, Rio de Janeiro, CBSSI, maio 1975.
- SILVA, M. Ozamira da Silva e (Org.). *O Serviço Social e popular*. São Paulo: Cortez, 2009.
- STRECK D. R. Da pedagogia do oprimido às pedagogias da exclusão: um breve balanço crítico. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 107, p. 539-560, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 07 set. 2012.
- WANDERLEY, L. E. W. *Educação popular: metamorfoses e veredas*. São Paulo, Cortez, 2010.
- WEFFORT, F. Educação e política: reflexões sociológicas sobre a pedagogia da liberdade (Prefácio). In: FREIRE, Paulo. *A educação como prática da liberdade*. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: UNIVERSIDADE NACIONAL DE BRASÍLIA. *Capacitação em serviço social e política social: módulo 4*. Brasília: UNB/CEAD, 2000.
- YOUNGHUSBAND, E. O futuro do Serviço Social. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, CBSSI, maio 1975.

¹ A criação e expansão as instituições na década de 1940 visavam garantir o “controle social” e sua legitimação. O Estado Novo, por meio de uma política de massa, faz gestão à proteção e, simultaneamente, reprime os movimentos reivindicatórios. Suas ações vão desde as legislações sociais e sindicais até a criação de um aparato institucional assistencial, de forma a se estender desde a regulamentação do trabalho até a uma política social e assistencial, aliada, muitas vezes, à própria classe produtora e à burguesia industrial. O surgimento e desenvolvimento das grandes instituições assistenciais na década de 1940 coincidiram com o momento de legitimação e institucionalização do Serviço Social (ANDRADE, 2008, p. 270).

² A Igreja Católica brasileira é um caso único na América Latina, na medida em que é única Igreja do continente sobre qual a teologia da libertação e seus seguidores das pastorais conseguiram exercer uma influência decisiva. A importância desse fato é evidente, se considerarmos que a Igreja Católica brasileira é a maior do mundo (LOWY, 2000, p. 135).

³ Para Paiva (2000), existe uma relação entre a ação pedagógica e a produção teórica de Paulo Freire, até 1965, e a ideologia nacionalista e desenvolvimentista, de cariz populista, desenvolvida e divulgada por um núcleo de intelectuais agrupados institucionalmente no ISEB. Essa ideologia é apresentada à tradução política e intelectual para a realidade brasileira dos anos 50 e 60 — zona periférica do mundo capitalista — do keynesianismo e das ideias sociais que serviram de base aos “Estados Providência”.

⁴ “O DC foi uma estratégia lançada para garantir a prosperidade, o progresso social e a hegemonia ideológica americana (capitalismo), cuja política visava preservar o mundo livre de ideologias não democráticas. [...] Durante os anos de 1950, a ONU empenha-se em sistematizar e divulgar o DC como uma medida para solucionar o complexo problema de integrar esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento” (ANDRADE, 2008, p. 284).

⁵ Para Barroco (2006), a relação do cristianismo com marxismo na América Latina teve dois momentos: nos anos 60, a vertente cristã apropriou-se do marxismo mediada pelo pensamento católico francês aliado à filosofia humanista do personalismo que busca o diálogo, a autenticidade, o compromisso social, a intersubjetividade, a liberdade, o amor, a solidariedade e o engajamento ético-político. Esse encontro é manifestado por sistematização articulada entre cristianismo e marxismo. Nos anos 70, o marxismo cristão é praticamente fusão entre os princípios cristãos e o ideário socialista.

⁶ Paulo Freire no livro *Pedagogia da esperança: reencontro com pedagogia do oprimido* (2003), responde às críticas marxistas feitas nos anos 70. Interessados consultar a página 89 do referido livro.

⁷ Netto (2011) aponta a constituição de três vertentes teóricas e prática na profissão: a modernização conservadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. A primeira vertente, denominada modernizadora, era pautada no estrutural-funcionalismo, que tinha as propostas de adequação da profissão referentes aos instrumentos, técnicas, formulações para atendimento técnico-instrumental e tecnologia de planejamento de administração que possibilitassem a operacionalização nos marcos das estratégias de desenvolvimento capitalista. A segunda vertente, camada de reatualização do conservadorismo, emerge na metade dos anos 70, amparada na teoria e nos debates filosóficos da Fenomenologia e do Existencialismo cristãos. Essa perspectiva enfatiza a dimensão psicologista e a retórica irracionalista da “humanização”, num sentido abstrato. A terceira vertente, intitulada intenção de ruptura, surge em meados dos anos de 1970, inspirada em fontes marxista e marxiana, visando romper com a herança conservadora em suas dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa.

⁸ Utilizamos alguns autores latino-americanos do período a que tivemos acesso bibliográfico de nossa própria aquisição. Encontramos dificuldade em consultar um número maior de obras da época, visto que a universidade em que trabalhamos não tem um acervo “histórico” das obras do Serviço Social.

⁹ “O debate sobre subjetividade, no âmbito acadêmico, aparece no final dos anos de 90, tendo como marco dois livros: “Estratégias em Serviço Social” (FALEIROS, 1999) e “Serviço Social e Saúde Mental – desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade” (VASCONCELOS, E., 2000). Esses dois autores enfatizam a necessidade de aprofundamento do entendimento sobre os processos subjetivos universais e os processos subjetivos forjados no âmbito singular, articulados aos valores universais e aos processos subjetivos circunscritos nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais e introduzem a discussão sobre “empoderamento” dos sujeitos em nível individual e coletivo” (MACHADO, 2009.).